



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXIX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa - 22/junho/2003**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO  
PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO  
CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO  
INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juíza MARIA APARECIDA PELLEGRINA – Presidente do Tribunal e da Comissão  
Juiz LUIZ CARLOS GOMES GODOI  
Advogado VALTER UZZO (OAB)

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juiz WILSON FERNANDES – Presidente da Comissão  
Juiz SÉRGIO PINTO MARTINS  
Advogado HAMILTON ERNESTO ANTONINO R. PROTO (OAB)

**SUPLENTE**

Juíza MARIA LUÍZA FREITAS  
Juiz PAULO AUGUSTO CAMARA  
Advogado ANTONIO RODRIGUES DE FREITAS JUNIOR (OAB)

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 24 de junho de 2003, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II, bem como na internet, no site [www.trt02.gov.br](http://www.trt02.gov.br).

**BOA SORTE.**

**COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO**

Rua da Consolação, 1272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP

Fone: 3255-4111 Ramal 2297



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**DIREITO CIVIL**

**51) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) a) não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos de visem à transferência de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário mínimo vigente no País;
- b) o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas pode convalidar-se pelo decurso do tempo;
- c) o dolo é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo;
- d) são os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa;
- e) somente os credores que já o eram ao tempo dos negócios de transmissão gratuita de bens praticados por devedor insolvente podem pleitear a anulação desses atos.

**52) Assinale a alternativa correta:**

- a) transação é hipótese de extinção das obrigações;
- b) transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, ainda que diga respeito a coisa divisível;
- c) a renúncia envolve aceitação pela outra parte;
- d) a transação concernente a obrigações resultantes de delito não extingue a ação penal pública;
- e) a transação se anula na hipótese de erro essencial quanto à coisa incontroversa.

**53) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) É absolutamente incapaz a pessoa que não puder exprimir sua vontade, ainda que por causa transitória;
- b) É absolutamente incapaz o excepcional, sem desenvolvimento mental completo;
- c) Pode ser declarada a morte presumida, sem declaração de ausência se alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra;
- d) Serão averbados em registro público os atos extrajudiciais de adoção;
- e) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**54) Assinale a alternativa falsa:**

- a) São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro, tais como a televisão, a geladeira, a cadeira de uma residência.
- b) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao em sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- c) São fungíveis os móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- d) Considera-se imóvel, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
- e) Consideram-se móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.

**55) A sociedade em conta de participação:**

- a) é um tipo de sociedade personificada em que a atividade constitutiva do objeto social é exercida por um dos sócios, participando os demais dos resultados correspondentes.
- b) é um tipo de sociedade não personificada em que a atividade constitutiva do objeto social é exercida por um dos sócios, participando os demais dos resultados correspondentes.
- c) é um tipo de sociedade personificada em que a atividade constitutiva do objeto social é exercida por todos os sócios, que participam dos resultados correspondentes.
- d) é um tipo de sociedade não personificada em que a atividade constitutiva do objeto social é exercida por todos os sócios, que participam dos resultados correspondentes.
- e) é um tipo de sociedade personificada, simples, sendo limitada a responsabilidade de todos os sócios.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**56) Assinale a alternativa correta:**

- a) o Judiciário revoga o ato administrativo;
- b) se o ato administrativo for ilegítimo ensejará anulação;
- c) a revogação funda-se no poder vinculado da Administração Pública;
- d) a revogação opera *ex tunc*;
- e) cassação não é modalidade de anulação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**57) São atos administrativos quanto ao conteúdo, segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro:**

- a) autorização e admissão;
- b) homologação e decreto;
- c) despacho e licença;
- d) visto e alvará;
- e) licença e circular.

**58) Assinale a alternativa verdadeira:**

- a) Serviços “uti universi” são aqueles que a Administração presta, sem ter usuários determinados, para atender a coletividade no seu todo, tais como iluminação pública, calçamento e outros.
- b) Serviços “uti universi” são aqueles que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, tais como telefone, água e outros.
- c) Serviços “uti singuli” são aqueles que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, tais como iluminação pública, calçamento e outros.
- d) Serviços “uti singuli” são aqueles que a Administração presta, sem ter usuários determinados, para atender a coletividade no seu todo, tais como telefone, água e outros.
- e) Serviços “uti universi” e “uti singuli” são aqueles que se relacionam intimamente com as atividades do Poder Público e para os quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**59) A faculdade que a Administração Pública tem de auto executar suas decisões, impondo diretamente aos administrados medidas e sanções, visando a preservação do bem comum, permite-lhe:**

- I - Dissolver uma passeata, causadora de perturbação à tranquilidade pública, sem prévia autorização judicial;
- II - Apreender produtos farmacêuticos deteriorados e impróprios ao consumo, nos casos urgentes em que há risco à saúde pública, desde que com prévia autorização judicial;
- III - Interditar e demolir edificação irregular, que oferece risco à coletividade, desde que autorizada judicialmente;
- IV - Fechar estabelecimento comercial que não respeita a lei do silêncio, sem prévia autorização judicial, sempre que a empresa intimada não adote medidas à diminuição dos ruídos perturbadores da coletividade;
- V - Apreender e inutilizar mercadorias deterioradas, mesmo sem prévia comprovação da sua imprestabilidade.

**Identifique a(s) alternativa (s) correta (s):**

- a) somente são corretas: I e V
- b) somente são corretas: II, III e IV
- c) somente é correta: III
- d) somente são corretas: IV e V
- e) somente são corretas : I e IV

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**60) O princípio da irredutibilidade salarial**

- a) é absoluto; não admite exceção;
- b) excepciona a hipótese de redução de salários por decisão normativa;
- c) excepciona a hipótese de redução de salários por disposição de convenção, acordo coletivo ou decisão normativa;
- d) excepciona a hipótese de redução de salários por disposição de convenção ou acordo coletivo;
- e) excepciona a hipótese de redução salarial por acordo individual, com assistência sindical.

**61) Assinale a alternativa incorreta quanto à competência privativa do Senado Federal:**

- a) processar e julgar os comandantes da Marinha;
- b) aprovar previamente, por voto secreto, governador de Território;
- c) aprovar previamente, por voto secreto, após a arguição em sessão secreta, a escolha dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente;
- d) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- e) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

e o vice-presidente da República.

**62) O Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado:**

- a) pelos sindicatos, partidos políticos e associações que tenham existência legal há mais de um ano, porém é necessária procuração dos afiliados, eis que não se trata de substituição processual;
- b) pelos sindicatos, partidos políticos e associações que tenham existência legal há mais de um ano, desde que expressamente autorizados para tanto;
- c) pelos sindicatos, partidos políticos e associações, legalmente existentes (estas últimas há mais de um ano) que agem como substitutos processuais, sendo desnecessária a autorização face à legitimação extraordinária;
- d) pelos sindicatos, partidos políticos e associações legalmente existentes, que agem como substitutos processuais, sendo desnecessária a autorização face à legitimação extraordinária;
- e) pelos sindicatos, partidos políticos e associações legalmente existentes (estas últimas há mais de um ano), sendo desnecessária a autorização expressa e específica de cada um de seus integrantes, mas desde que tal autorização exista de forma genérica nos atos constitutivos ou na própria lei que criou tais entidades, que agem como substitutos processuais.

**DIREITO PENAL**

**63) De acordo com o § 1.º do art. 20 do Código Penal, “É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo”. Referido dispositivo cuida especificamente de**

- a) crime impossível;
- b) relação de causalidade;
- c) descriminantes putativas;
- d) erro sobre a ilicitude do fato;
- e) exclusão de ilicitude.

**64) Assinale a alternativa correta:**

- a) Nos casos de exclusão de ilicitude, o agente, em qualquer hipótese, não responde pelo excesso doloso ou culposos;
- b) Não se considera em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar;
- c) Pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo;
- d) No caso de estado de necessidade, a pena pode ser reduzida;
- e) Não atua com legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

injusta agressão.

**65) A ação “usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral” constitui o tipo objetivo do crime:**

- a) coação no curso do processo.
- b) exercício arbitrário das próprias razões.
- c) fraude processual.
- d) favorecimento pessoal.
- e) exercício arbitrário ou abuso de poder.

**DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**66) Antonio foi contratado na forma da lei para prestar serviços a João, que, por seu turno, subcontratou a execução dos mesmos para José. Diante disso, assinale a alternativa correta:**

- a) no caso de inadimplemento de seus direitos, Antonio poderá acionar apenas João, sendo desnecessário que prove o inadimplemento de José;
- b) b) no caso de inadimplemento de seus direitos, Antonio poderá acionar apenas José, que é o único responsável legal;
- c) c) no caso de inadimplemento de seus direitos, Antonio deverá acionar ambos, João e José;
- d) no caso de inadimplemento de seus direitos, Antonio poderá, alternativamente, acionar João ou José, por se tratar de responsabilidade solidária; se o acionado for João, este poderá acionar regressivamente José, retendo valores a este devidos;
- e) no caso de inadimplemento de seus direitos, Antonio não poderá acionar apenas José, pois este somente é responsável subsidiariamente.

**67) Assinale a alternativa correta:**

- a) é proibido o trabalho do menor de dezesseis anos, em qualquer hipótese, ainda que se trate de aprendiz.
- b) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre do menor de dezoito anos e de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- c) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menor de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos.
- d) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre do menor de dezesseis anos e de qualquer trabalho do menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- e) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre do menor de dezesseis anos e de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

qualquer trabalho do menor de doze anos, salvo na condição de aprendiz.

**68) Assinale a alternativa correta:**

- a) O Regulamento Interno da empresa, que é expressão do poder disciplinar do empregador, pode ser instituído apenas mediante acordo com os trabalhadores e sua alteração só atingirá aqueles admitidos após sua revogação ou alteração;
- b) O Regulamento Interno da empresa, que é expressão do poder diretivo do empregador, pode ser instituído apenas mediante acordo com os trabalhadores e sua alteração só atingirá aqueles admitidos após sua revogação ou alteração;
- c) O Regulamento Interno da empresa, que é expressão do poder disciplinar do empregador, pode ser instituído unilateralmente ou mediante acordo com os trabalhadores e sua alteração atingirá todos os trabalhadores, novos e antigos, sem distinção;
- d) O Regulamento Interno da empresa, que é expressão do poder diretivo do empregador, pode ser instituído unilateralmente ou mediante acordo com os trabalhadores e sua alteração que se fará na forma nele prevista e de acordo com a lei, sendo que a alteração só atingirá os trabalhadores admitidos posteriormente a tal evento.
- e) O Regulamento Interno da empresa, que é expressão do poder regulamentar do empregador, pode ser instituído unilateralmente ou mediante acordo coletivo e só é suscetível de alteração apenas mediante acordo com os trabalhadores e sua alteração só atingirá aqueles admitidos após sua revogação ou alteração;

**69) Empregado bancário que exerce cargo de confiança:**

- a) tem direito à jornada de 30 horas de trabalho semanais, com 15 minutos diários de intervalo;
- b) já tem remuneradas as duas horas extraordinárias que excederem as seis diárias de trabalho, desde que receba gratificação não superior a um terço do salário de seu cargo efetivo;
- c) tem direito à jornada de 8 horas diárias de trabalho, com uma hora de intervalo, desde que receba gratificação de função inferior a um terço do salário;
- d) não precisa, necessariamente, exercer funções com poderes de mando, representação e substituição do empregador;
- e) tem salário-hora calculado com base no divisor 180.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**70) A transferência de empregado para localidade diversa da que resultar do contrato:**

- a) depende exclusivamente do empregador, se a possibilidade de transferência estiver expressamente prevista no contrato;
- b) é lícita quanto ocorrer desativação de parte do estabelecimento em que trabalhar o empregado;
- c) não pode ser determinada para detentores de cargos de confiança, salvo na hipótese de extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado;
- d) pode ser determinada em caso de necessidade de serviço, ficando empregador sujeito a um pagamento suplementar mínimo de 20% dos salários do empregado, enquanto durar a transferência;
- e) c) pode ser determinada em caso de necessidade de serviço, ficando o empregador sujeito a um pagamento suplementar mínimo de 25% dos salários do empregado, enquanto durar a transferência.

**71) Assinale a alternativa correta:**

- a) a regra de que o pedido de demissão e o recibo de quitação do empregado com mais de um ano de serviço somente será válido quando feito com assistência do respectivo sindicato ou perante autoridade do Ministério do Trabalho não se aplica à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Autarquias;
- b) salvo na hipótese de dispensa com justa causa, a parte incontroversa das verbas rescisórias deve ser paga pelo empregador até a data do comparecimento à Justiça do Trabalho, sob pena de ter de pagá-las com o acréscimo de 50%;
- c) o abandono de emprego somente se caracteriza quando o empregado deixar de comparecer ao trabalho, sem motivo justificado, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- d) na hipótese de desídia, somente é lícita a dispensa por justa causa após serem aplicadas ao empregado as penalidades de advertência e de suspensão;
- e) para a dispensa por justa causa a lei exige imediatidade entre a prática do ato faltoso e o despedimento.

**72) Tendo em vista que o art. 2.º da CLT considera empregador a empresa individual ou coletiva que assume os riscos da atividade econômica, é correto afirmar que:**

- a) as instituições de beneficência não podem ser empregadores;
- b) apenas quando integrantes de grupo econômico as instituições de beneficência podem ser empregadores;
- c) mesmo quando integrantes de grupo econômico as instituições de beneficência não podem ser empregadores;
- d) a lei não obsta a contratação de empregado por instituições de beneficência, desde que se trate de trabalho eventual;
- e) a lei equipara ao empregador as instituições de beneficência que admitem trabalhadores



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

como empregados.

**73) Trabalhador em serviço de bloco é:**

- a) o conferente de carga e descarga;
- b) o que carrega e descarrega mercadorias;
- c) o que faz batimento de ferrugem;
- d) o vigia de embarcação;
- e) o prático de barra.

**74) A primeira Constituição que tratou de regras sobre Direito do Trabalho:**

- a) Alemanha;
- b) Áustria;
- c) México;
- d) França;
- e) Itália.

**75) O juiz não decide por equidade:**

- a- no dissídio coletivo de fixação de salários;
- b- na falta de normas legais ou contratuais;
- c- no procedimento sumaríssimo;
- d- quando autorizado pela lei;
- e- para fixar participação nos lucros.

**76) José trabalhou para o Supermercado São Jorge durante 3 (três) anos. No início do 4º ano do período contratual, o Supermercado foi vendido e alguns empregados, entre eles José, foram dispensados, sem receber as verbas rescisórias. Depois de 5 (cinco) meses, instalou-se no mesmo local, mediante contrato de locação, o "Today Supermercado Ltda.", que contratou José a título de experiência, por 90 dias. No término deste contrato, José foi dispensado.**

**José tem direito de pleitear do novo empregador:**

- a) salário, 3/12 de férias proporcionais e 3/12 de 13º salário proporcional.
- b) Salário, 3/12 de férias proporcionais, 3/12 de 13º salário proporcional e FGTS.
- c) Salário, férias vencidas e proporcionais, 13º salário proporcional e FGTS+ 40%.
- d) Salário, férias vencidas e proporcionais, 13º salário proporcional, aviso prévio e FGTS + 40%.
- e) Unicidade contratual, salários, férias vencidas e proporcionais, 13ºs salários



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

proporcionais, aviso prévio e FGTS +40%.

**77) O trabalho voluntário caracteriza-se:**

- a) pela prestação de serviços eventuais, a entidade pública, sem fins lucrativos e que tenha finalidade cívica, cultural, científica, recreativa ou de assistência social;
- b) pela prestação de serviços autônomos, a entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos;
- c) pela colaboração espontânea de pessoa física, em prol da expansão das doutrinas, metas e objetivos de uma instituição religiosa;
- d) pela prestação de serviços por pessoa física, sem remuneração, a entidade pública ou privada, sem fins lucrativos, mediante a celebração de termo de adesão;
- e) pela prestação de serviços, de forma remunerada, de sacristães, organistas e campanários, em favor de entes eclesiásticos.

**DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**78) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) o modelo de organização sindical adotado pela Constituição Federal de 1988 consagra o princípio do sindicato único;
- b) é lícita a cobrança de contribuição confederativa fixada por assembléia geral;
- c) a base territorial do sindicato não pode ser inferior à área de um Município;
- d) o regime do sindicato único atende ao espírito da Convenção n.º 87 da OIT;
- e) constituem categoria diferenciada os aeroviários, os motoristas, as secretárias, os jornalistas, os músicos e os professores.

**79) Assinale a alternativa correta sobre convenção e acordo coletivo:**

- a) Não será permitido estipular duração de convenção ou acordo coletivo por período superior a um ano;
- b) As modificações introduzidas em convenção ou acordo, por força de revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas, passarão a vigorar cinco dias depois da realização do depósito na DRT;
- c) O quorum de comparecimento e votação será de 1/8 dos associados em Segunda convocação, nas entidades sindicais que tenham mais de 6.000 associados;
- d) As empresas que não estiverem incluídas no enquadramento sindical do quadro anexo à CLT não poderão celebrar acordos coletivos de trabalho com os sindicatos representativos dos respectivos empregados;
- e) Os sindicatos só poderão celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho, por deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos estatutos, dependendo sua validade do comparecimento e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

votação, em primeira convocação, de 1/3 dos interessados.

**80) Consideradas as disposições da Lei 9.307/96, a arbitragem é:**

- a) Solução heterônoma dos conflitos de trabalho, envolvendo terceiro estranho às partes, sem poderes de decisão;
- b) desdobramento da negociação coletiva, que não exige do terceiro, conhecimentos técnicos;
- c) é forma qualificada de transação, em que o terceiro tem a missão específica de propor soluções visando o fim do conflito.
- d) Um processo de solução dos conflitos jurídicos, em que o terceiro, como juiz de fato e de direito, profere decisão não sujeita a recurso ou à homologação pelo Poder Judiciário.;
- e) É forma de composição de interesses, em que o terceiro inserido no conflito formula propostas, que as partes podem rejeitar sem terem que sofrer qualquer imposição.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**81) No processo do trabalho, qual o prazo para propositura da ação principal, na hipótese de concessão de medida cautelar preparatória?**

- a) 30 dias;
- b) 2 anos após a concessão da medida;
- c) 5 anos, limitados a dois após a rescisão do contrato;
- d) 120 dias;
- e) 90 dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Juiz.

**82) Em se tratando de reclamatória submetida ao procedimento sumaríssimo, aplicam-se os seguintes princípios:**

- a) a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias contados de seu ajuizamento, salvo se proposta contra órgão da Administração direta, autárquica ou fundacional, quando é dobrado o prazo para apresentação de defesa;
- b) a citação por edital somente será deferida se houver fundados indícios de que o réu oculta-se para evitar a notificação;
- c) o recurso de revista somente será admitido por violação literal de disposição de lei ou da Constituição da República;
- d) o recurso de revista somente será admitido por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou violação direta da Constituição da República;
- e) cada parte pode ouvir até duas testemunhas, salvo se se tratar de inquérito para



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

apuração de falta grave, em que esse número é elevado a seis.

**83) A assistência judiciária gratuita abrange:**

- a) custas e emolumentos, mas não honorários periciais;
- b) custas, emolumentos e honorários periciais;
- c) custas e honorários periciais, mas não emolumentos;
- d) custas, exclusivamente;
- e) emolumentos e honorários periciais.

**84) A SBDI-1 do TST, segundo o regimento interno do TST, funciona com**

- a) quatro ministros;
- b) cinco ministros;
- c) seis ministros;
- d) oito ministros;
- e) onze ministros.

**85) O STJ entende que a competência para dirimir conflito entre Vara do Trabalho e juiz de Direito investido de jurisdição trabalhista é do:**

- a) STF;
- b) STJ;
- c) TST;
- d) TRT da área a que estiverem vinculados;
- e) Tribunal de Justiça da área a que estiverem vinculados.

**86) Segundo o STF, o recurso cabível da decisão que julga matéria constitucional nas causas de alçada da Vara do Trabalho, conforme o parágrafo 2.º do art. 2.º da Lei n.º 5.584/70 é:**

- a) Recurso Ordinário;
- b) Apelação;
- c) Agravo de petição;
- d) Agravo de instrumento;
- e) Recurso extraordinário.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**87) À falta de outros bens podem ser penhorados:**

- a) as imagens e os objetos de culto religioso, sendo de grande valor;
- b) os materiais necessários para obras em andamento;
- c) os equipamentos dos militares;
- d) o anel nupcial;
- e) o imóvel rural, até um módulo, desde que este seja o único do devedor.

**88) Se o devedor fizer uso da exceção de pré-executividade com nítido caráter procrastinatório:**

- a) o ato poderá tipificar a oposição maliciosa à execução, de que trata o inciso II do art. 600 do CPC, sujeitando-o à imposição de multa correspondente a até 20% do valor atualizado da execução.
- b) poderá ser considerado litigante de má-fé por provocar incidente manifestamente infundado (art. 17, inciso VI do CPC), cuja consequência será-lhe-á a imposição da multa não excedente a 1% sobre o valor da causa, sem prejuízo da indenização por perdas e danos sofridos pela parte contrária.
- c) seguir-se imediato leilão dos bens penhorados;
- d) será reputado depositário infiel;
- e) só poderá responder por qualquer sanção mediante requerimento do credor.

**89) Em reclamação proposta pelo rito ordinário, defendendo-se, a reclamada reconvém para cobrança de empréstimo, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), alegando ter antecipado ao reclamante o pagamento de salários, férias e 13ºs salários correspondentes a um ano de serviço, para aquisição de casa própria.**

- a) A reconvenção não é admissível no processo trabalhista;
- b) Incompetente é a Justiça do Trabalho para apreciar e julgar a reconvenção proposta, uma vez que se trata de dívida de natureza civil;
- c) A compensação na Justiça do Trabalho está restrita a dívidas de natureza trabalhista;
- d) Descabe a reconvenção, uma vez que esta só pode ser admitida como matéria de defesa.
- e) Admitida a reconvenção e julgada esta procedente, o empregado não poderá ser condenado em valor excedente a um mês de remuneração.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

90) Em reclamação proposta perante a 3ª Vara de Trabalho da Capital, as partes celebraram acordo, devidamente homologado, ocasião em que foi dada quitação geral e irrevogável quanto ao objeto da ação. Não satisfeito com os termos do acordo, seis meses depois, o reclamante ingressa com nova reclamação contra o mesmo empregador, onde, além de postular os mesmos direitos, reclama também o pagamento de horas extras e reflexos, sob a alegação de que estas não lhe foram pagas corretamente.

- I - O empregado está impedido de propor reclamatória visando a retificação do acordo;
- II - O termo de conciliação vale como decisão irrecurável e, portanto, o processo será extinto sem julgamento do mérito;
- III - Haverá coisa julgada em relação aos pedidos formulados na primeira reclamação, prosseguindo a segunda reclamação apenas em relação ao pedido de diferenças de horas extras.
- IV - O acordo celebrado perante a 3ª Vara do Trabalho somente poderá ser atacado por ação anulatória;
- V - O acordo somente poderá ser desfeito pela via rescisória.

**Assinale a(s) alternativa(s) correta(s):**

- a) estão corretas II e V;
- b) estão corretas I e IV;
- c) estão corretas II e V;
- d) está correta apenas a III;
- e) está correta apenas a II.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

91) Assinale a alternativa incorreta:

- a) na apreciação das provas pelo Juiz, o Código de Processo Civil adotou o critério da livre convicção;
- b) princípio da oralidade é caracterizado, dentre outros elementos, pela identidade física do Juiz;
- c) Em todas as cartas (de ordem, precatória e rogatória), o Juiz declarará o prazo dentro do qual deverão ser cumpridas;
- d) A confissão espontânea pode ser feita pela própria parte ou por procurador com poderes especiais
- e) É vedado, à parte que ainda não depôs, assistir ao interrogatório da outra.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**92) Assinale a alternativa incorreta quanto à competência de foro:**

- a) da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges;
- b) da residência da mulher, para a conversão da separação em divórcio;
- c) da residência da mulher, para a anulação de casamento;
- d) do domicílio ou da residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos;
- e) do domicílio do credor, para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.

**93) O prazo legal para apresentação de agravo de instrumento para despacho que nega seguimento a recurso extraordinário é:**

- a) 5 dias;
- b) 8 dias;
- c) 10 dias;
- d) 15 dias;
- e) 20 dias.

**94) Considere as seguintes afirmativas:**

I - Despachos são todos os atos do juiz através dos quais são decididas questões incidentes, de ofício ou a requerimento da parte;

II - Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo resolve questão incidente, decidindo ou não o mérito da causa;

III - Sentenças, decisões interlocutórias, termos de juntada e despachos são atos do juiz; vistas, conclusão e outros semelhantes são atos do escrivão ou do chefe da secretaria;

IV - Sentenças, decisões interlocutórias e despachos são atos do juiz; termos de juntada são atos do escrivão ou do chefe de secretaria.

**É correto afirmar que são verdadeiras:**

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) II e IV;
- d) III e IV;
- e) IV.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**95) A execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor. A expropriação propriamente dita consiste em:**

- I - Atos que retiram determinado bem do patrimônio do devedor;
- II - Avaliação, penhora e excussão judicial de bens do devedor;
- III - Avaliação, penhora, praça e/ou leilão dos bens do devedor;
- IV - Alienação de bens do devedor, adjudicação de bens do devedor em favor do credor e usufruto de imóvel ou de empresa;

**Em relação às proposições supra é correto afirmar que são verdadeiras:**

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) III e IV;
- d) II e IV;
- e) I e IV.

**96) Ministério Público.**

- I- O Ministério Público pode, a seu critério, agir como parte, nos casos em que o interesse público pareça exigir;
- II- O Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, tem os mesmos poderes e ônus que as partes;
- III- Nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte, a falta de intimação do Ministério Público acarretará a nulidade do processo;
- IV- Aplicam-se também ao órgão do Ministério Público os mesmos motivos de impedimento e suspeição referentes ao Juiz quando ele agir como fiscal da lei ou na defesa de interesses de incapazes;
- V- O Ministério Público não tem legitimidade para suscitar conflito de competência quando intervém no processo para cuidar de interesse de incapazes ou como fiscal da lei.

**Consideradas as proposições, assinale a(s) alternativa (s) correta(s):**

- a) estão corretas I e IV;
- b) estão corretas I, II e IV;
- c) estão corretas III e IV;
- d) estão corretas II e V;
- e) está correta apenas a V.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**97) Quais são as contribuições da Seguridade Social que efetivamente incidem sobre o faturamento?**

- a) PIS e salário-educação;
- b) Cofins e contribuição de acidente do trabalho;
- c) PIS e Cofins;
- d) Incra e CPMF;
- e) SESCOOP e INCRA.

**DIREITO COMERCIAL**

**98) O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade anônima e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém:**

- a) civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder, dentro de suas atribuições ou poderes, com reserva mental.
- b) civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder, com violação da lei, salvo se autorizado pelo estatuto.
- c) solidariamente, pelos prejuízos causados em virtude de atos ilícitos de outros administradores, salvo se, sendo dissidente, comunicar sua divergência às autoridades fiscais.
- d) solidariamente, pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos os administradores.
- e) solidariamente, pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, salvo se, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos os administradores.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

**99) Assinale a alternativa correta sobre órgãos da OIT:**

- a- Diretoria e Conferência;
- b- Conselho Fiscal e Assembléia Geral;
- c- Conselho de Administração e Diretoria;
- d- Repartição Internacional do Trabalho e Conselho Fiscal;
- e- Conferência, Conselho de Administração.

**100) Assinale a alternativa falsa:**

- a) Poderá ser concedido passaporte para estrangeiro, no Brasil, a nacional de país que não tenha representação diplomática ou consular no Brasil, nem representante de outro país encarregado de protegê-lo.
- b) A deportação consiste na saída compulsória do estrangeiro.
- c) Não se procederá à expulsão quando o estrangeiro tiver filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente, salvo se a adoção ou o reconhecimento do filho brasileiro forem supervenientes ao fato que o motivar.
- d) Não se concederá a extradição quando a lei brasileira impuser ao crime a pena de prisão igual ou inferior a 1 (um) ano;
- e) É permitido ao estrangeiro ser responsável, orientador intelectual ou administrativo das empresas de empresa jornalística, de televisão e de radiodifusão.